

OS DOIS SENTIDOS DE ΟΥΣΙΑ EM ARISTÓTELES¹

ANTÓNIO PEDRO MESQUITA
Universidade de Lisboa

Resumen

Para Aristóteles, “sustancia” designa, en sentido propio, el sujeto último de todas las predicaciones. Por otro lado, Aristóteles aplica también esta expresión a la categoría de sustancia, esto es, al orden categorial en que se incluyen los predicados esenciales de las sustancias, en el primer sentido del término. Sin embargo, estos mismos predicados, los predicados que se predicán de la sustancia bajo la categoría de sustancia, ¿como deben ser catalogados? Claramente, no se trata de cualidades, ni de cantidades, ni de relaciones. En un cierto sentido del término, se trata seguramente de sustancias, como predicados que se predicán de la sustancia justamente bajo la categoría de sustancia. Y, si los predicados que caen bajo la categoría de cualidad se denominan “cualidades”, los que caen bajo la categoría de cantidad “cantidades” y así sucesivamente, ¿como deberían llamarse, entonces, los predicados que caen bajo la categoría de sustancia sino precisamente “sustancias”?

Esta cuestión y la pertinencia de su respuesta más directa e intuitiva constituyen el tema del presente artículo.

Palabras clave: sustancia, categoría, sujeto, predicado, predicación.

Abstract

For Aristotle, “substance” designates, in its proper sense, the last subject of all predications. On the other hand, Aristotle applies this expression to the category of substance, that is, to the categorial order where the essential predicates of substances, in the first meaning of the term, are included. However, how should these same predicates, which are predicated on the substance in the category of substance, be catalogued? Clearly, they cannot be dealt with as qualities, nor quantities, nor any other kind of accidental predicates. In one meaning

Recibido: 5/07/2008. *Aceptado:* 17/09/2008.

1 Texto da conferência realizada no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais em 18 de Setembro de 2006, a convite do Prof. Fernando Rey Puentes, a quem aproveitamos para penhoradamente agradecer.

of the term, they can surely be termed “substances”, as predicates which are predicated of *the substance in the category of substance*. And in fact, if the predicates which fall into the category of quality are called “qualities”, those in the category of quantity “quantities”, and so on and so forth, how should the predicates which fall into the category of substance be called if not “substances”?

It is this question and the pertinence of the most direct and intuitive answer that we discuss in this article.

Keywords: substance, category, subject, predicate, predication.

PARA COMPREENDER a doutrina aristotélica das categorias, é fundamental começar por distinguir os dois sentidos em que a expressão “substância” nela ocorre.

As categorias são, em primeiro lugar, *tipos de predicados* e, em particular, os tipos mais universais de predicados a que todos os outros podem ser reconduzidos.² A substância enquanto primeira categoria é, portanto, um tipo de predicado (maximamente universal), entre outros.

Todavia, as categorias não são apenas tipos de predicados: são tipos de predicados *da substância*. E, aqui, é evidente que a expressão “substância” se entende numa outra acepção: não se trata agora da substância como um tipo de predicado, mas da substância como, ela própria, *o sujeito último e irreduzível da predicação*.³

Nesta medida, a substância entendida como ordem categorial determinada engloba um certo tipo de predicados que, por sua vez, se predicam da substância entendida como sujeito último. É isso justamente que lhe confere o primado: todas as categorias são tipos de predicados do sujeito último, a substância; mas a categoria de substância engloba aqueles predicados do sujeito último que predicam aquilo que ele em si mesmo é.

Daí o duplo uso da expressão “substância”, ora para o sujeito último, de que todos os predicados sob todas as categorias ultimamente se dizem, ora para aquela categoria particular sob a qual caem os predicados essenciais do sujeito último.

2 Para efeitos do presente estudo, em que é irrelevante, ignoramos a polémica entre a interpretação das categorias como tipos de predicados e a interpretação das categorias como géneros máximos do ente.

3 Ross regista esta distinção com a sua habitual sagacidade: “Though the primary members of the category of substance are not predicates but subjects, ‘substance’ itself is a predicate. (...) Thus the names of the categories might properly be called ‘predicates’, and indeed the predicates *par excellence*, since they are the highest terms in the various ‘columns of predication’.” (*Aristotle’s Metaphysics. A Revised Text with Introduction and Commentary*, I, Oxford, Clarendon Press, 1924, p. LXXXIV)

Não há, por isso, qualquer confusão entre os dois sentidos com que a expressão “substância” comparece na doutrina das categorias.

A substância como sujeito último (a “substância primeira” das *Categorias*) não é ela própria uma categoria: é o sujeito de que ultimamente todos os predicados em todas as categorias se dizem.

E, correlativamente, a substância como categoria (e, mais precisamente, como “categoria primeira”) não é o sujeito último: é, a par dos outros, um dos tipos de predicados que se dizem do sujeito último, embora com esta peculiaridade de os predicados que sob ela caiem se dizerem *essencialmente* do sujeito último (ou dizerem *o que ele é*), motivo pelo qual justamente lhe convém a designação de “categoria da substância”.

A distinção entre os dois sentidos da expressão faz-se, pois, facilmente: no primeiro caso, a expressão “substância” introduz o sujeito último, isto é, propriamente *a substância*; no segundo, a expressão introduz *a categoria de substância*, isto é, aquele género máximo de predicados onde cabem os predicados essenciais da substância.

Para evitar qualquer ambiguidade nas nossas línguas (uma vez que a temos de respeitar na de Aristóteles), poderíamos, portanto, observar a seguinte nomenclatura: a expressão “substância” seria reservada exclusivamente para a substância propriamente dita, isto é, para o sujeito último; a expressão “categoria da substância” seria a utilizada para a primeira categoria, aquela sob a qual caiem as substâncias.

A verdade, todavia, é que isto não é tão simples como parece.

Em escrito anterior, alertámos para o facto de a distinção traçada pelas *Categorias* entre substância primeira e substância segunda estar presente, embora tacitamente, em *toda* a ontologia aristotélica.⁴

Em ordem a poder andar para diante, importa retomar aqui parte dele.

Com as necessárias adaptações e recortes, dizíamos aí, a propósito de um ponto de vocabulário, o seguinte.⁵

Tem-se observado frequentemente que, no léxico aristotélico, οὐσία significa umas vezes substância (assim nas ocorrências do tipo “ α é uma οὐσία”) e outras vezes essência (nas ocorrências do tipo “ Φ é a οὐσία de α ”).

Todavia, nos casos em que a palavra οὐσία significa de facto essência, tem-se negligenciado considerar a hipótese hermenêutica que aqui tomamos

4 No quarto estudo da *Introdução Geral às Obras de Aristóteles* (Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005), pp. 480-487.

5 Nos próximos quatro parágrafos, recuperamos, com alterações, partes do texto referido na nota anterior.

como princípio reitor: a saber, que οὐσία é entendida nesses casos na acepção daquilo a que as *Categorias* chamam δεύτερα οὐσία (ou “substância segunda”, na tradução consagrada). E a razão pela qual esta hipótese tem sido negligenciada prende-se com o facto de Aristóteles não voltar a utilizar expressamente o conceito de substância segunda fora deste tratado.⁶

Ora, a esta luz, não há necessidade de traduzir por vezes οὐσία por “essência”: desde que se tenha presente que, nos casos em que de facto significa essência, a ocorrência de οὐσία constitui aí uma elipse de δεύτερα οὐσία.

Neste sentido, é verdade que οὐσία *significa* por vezes essência. Mas daí não decorre que, mesmo nessas vezes, o termo tenha de ser *traduzido* por “essência”. E, portanto, não decorre também que a dualidade de signi-

6 Mesmo esta afirmação é excessiva. Em determinados momentos, sem muito embora usar a expressão, é inequivocamente da substância segunda no sentido das *Categorias* que Aristóteles está a falar. Quando, por exemplo, Aristóteles declara que “as espécies últimas são substâncias [οὐσίαι μὲν εἰσι τὰ ἔσχατα εἶδη], sob as quais estão [coisas] especificamente indiferentes, como Sócrates ou Corisco” (PA I 4, 644a24-25), esta consagração explícita das espécies como substâncias constitui um testemunho incontornável da permanência da noção de substância segunda na acepção das *Categorias*, uma vez que, nesse tratado, as substâncias segundas não são senão as espécies (e os géneros) encaradas como substâncias (e, correlativamente, é apenas enquanto substância segunda que uma espécie pode ser dita “substância”). Assim se explica, porventura, o desconforto que a maior parte das traduções manifesta perante este texto, tendendo em unísono a camuflar o teor claríssimo da sua lição. Nesta linha, Peck (*Parts of Animals*, London, Loeb Classical Library, 1926) traduz: “the ultimate species are ‘real things’, while within them are individuals which do not differ in species (as e.g. Socrates and Coriscus)”; e Balme (*Aristotle’s De partibus animalium I and De generatione animalium I*, Oxford, Clarendon Press, 1992): “beings are the immediate forms, and these are formally undifferentiated, e.g. Socrates, Coriscus”. Ogle (*On the Parts of Animals*, London, Kegan Paul, 1882) constitui a excepção: “the ultimate species are substances and individuals which do not differ in species are found in them (e.g. Socrates, Coriscus)”. (Mas cf. também um pouco abaixo, 644a29-30: ἢ μὲν γὰρ οὐσία τὸ τῶν εἶδει ἄτομον ..., “na medida em que a substância é o especificamente indivisível ...”; “especificamente indivisível” designa aqui, como o contexto torna claro, as próprias espécies últimas). Outras passagens, embora relativamente raras, vão na mesma direcção: veja-se por exemplo *Metaph.* Δ 6, 1015b28-32, onde, no âmbito da aplicação da doutrina da predicção do acidente aos universais, se entende expressamente “homem” (a espécie) como uma substância (ἢ γὰρ ὅτι τῷ ἀνθρώπῳ μὲν οὐσίᾳ συμβέβηκε τὸ μουσικόν ...). Aproveitamos para sublinhar que, por marginal à discussão, ignoramos aqui as utilizações, típicas no livro Z da *Metafísica*, da expressão “substância primeira” no sentido da forma. Assim, paradigmaticamente, em *Metaph.* Z 7, 1032b1-2 (mas veja-se também Z 11, 1037a27-30; Z 11, 1037a5-7; e ainda Z 6, 1032a4-6, e Z 11, 1037a33-b4). O fundamento deste novo uso parece encontrar-se em *Metaph.* Z 3, 1029a5-7.

ficados de ουσία constitua uma objecção a conservar-se uma única tradução invariável para todas as ocorrências técnicas deste termo em Aristóteles.

Podemos agora compreender, de um novo modo, por que motivo a distinção entre substância primeira e substância segunda está tacitamente presente em toda a ontologia aristotélica.

Como vimos no início, em sentido próprio, “substância” designa, para Aristóteles, o sujeito último de todas as predicacões.

Por outro lado, vimo-lo também, a expressão “substância” aplica-se igualmente à categoria de substância, isto é, à ordem categorial onde se incluem os predicados essenciais das substâncias, no primeiro sentido do termo.

Contudo, estes mesmos predicados, os predicados que se predicam da substância sob a categoria de substância, como devemos catalogá-los?

Não se trata evidentemente de qualidades, nem de quantidades, nem de relações.

Num *certo sentido* do termo, trata-se seguramente de substâncias, enquanto predicados que se predicam da substância justamente sob a categoria de substância.

E, de facto, se aos predicados que caiem sob a categoria de qualidade chamamos “qualidades”, aos que caiem sob a categoria de quantidade “quantidades” e assim por diante, como haveríamos de chamar aos predicados que caiem sob a categoria de substância senão precisamente “substâncias”?

Esta precisamente é a regra que Aristóteles adopta de modo tácito ao longo dos seus textos, obviamente devedora da conservação da distinção entre substância primeira e substância segunda.⁷

Ora tal regra não provoca qualquer confusão a não ser a quem esteja desatento ao raciocínio ou predisposto a encontrá-la.

Em particular, este uso alargado da expressão “substância” para referir os predicados que caiem sob a categoria de substância em nada afecta a doutrina segundo a qual “nenhum universal é substância”: pois esta doutrina visa especificamente a substância no sentido primeiro do termo (o sujeito último) e é nesse sentido que a expressão “substância” nela ocorre.

O que a doutrina sublinha é apenas portanto, contra Platão, que nenhum universal pode ser substância *primeira*: e não é por isso casual que o seu local canónico coincida com uma passagem de crítica à teoria das ideias.

⁷ Apresentámos algures uma série significativa de passagens que o atestam: cf. *Introdução Geral às Obras de Aristóteles*, pp. 590-592.

Ao afirmar que “nenhum universal pode ser substância”, o que Aristóteles está a excluir é qualquer projecto que, como o platónico, faça dos universais as substâncias propriamente ditas, isto é, os sujeitos últimos, ou, noutra linguagem, a malha básica do mundo.

Nada impede, todavia, que a expressão “substância” se aplique, *num sentido segundo*, a universais, desde que, como é o caso, esses universais sejam as espécies e os géneros das substâncias propriamente ditas, isto é, das substâncias *em sentido primeiro*.

O motivo é que, como vimos, não há outra nomenclatura que se lhe aplique com igual adequação e esta decorre com naturalidade do esquema das categorias. E a prova é o uso que, como também vimos, Aristóteles continua permanentemente a fazer da expressão “substância” para designar as espécies e os géneros das substâncias em sentido primeiro.

Mas há também uma outra boa razão para que esse uso seja plenamente justificado.

Ao utilizar consistentemente a mesma expressão “substância” para a substância e para os géneros e as espécies da substância, como ao falar expressamente, nas *Categorias*, em substâncias primeiras e substâncias segundas, Aristóteles nada mais faz do que juz a uma distinção *real* entre os predicados “substanciais” da substância e todos os demais.

As qualidades, quantidades, etc., caracterizam de modos diversos uma substância. Mas os predicados sob a categoria de substância fazem mais do que isso: dizem *o que ela é*.

As qualidades, quantidades, etc., dizem de que tipo é uma substância sob o ponto de vista respectivo da qualidade, da quantidade, etc. Mas os predicados sob a categoria de substância fazem uma coisa diferente: dizem *que tipo de substância ela é*.

As qualidades, quantidades, etc., expressam predicados descritivos que podem ser encontrados na substância; mas os predicados sob a categoria de substância não descortinam nada que esteja na substância: divisam o horizonte de sentido sob o qual ela é *tal* substância.

Nesta medida, a utilização de uma mesma expressão para a substância propriamente dita, isto é, enquanto sujeito último, e para os predicados que a predicam enquanto substância, embora não completamente livre do risco de ambiguidade, representa o reconhecimento e a consagração de uma especificidade ontológica fundamental que estes predicados, e só eles, possuem: a saber, o facto de predicarem a substância *na sua essência*.

Note-se, aliás, como uma curiosidade lateral, que esta especificidade, para lá das críticas ao essencialismo em que o século XX foi fértil, está bem

em evidência em muitos pensadores contemporâneos (a quem, já agora, não ficaria mal uma menção de origem remetendo para Aristóteles).

Encontramo-la por exemplo em Strawson, cuja distinção entre *sortal universals* e *characterizing universals*⁸ constitui uma clara recuperação da distinção aristotélica entre “substâncias segundas” e “acidentes”. O mesmo se diga dos diversos autores que, em ontologia, vêm afirmando o primado dos *sortal predicates*, entendendo-os como paradigma da predicação (é o caso, por exemplo, de Geach ou de Anscombe), ou que, em filosofia da linguagem, acentuam o carácter filosoficamente significativo da distinção entre substantivos comuns e adjetivos. E o mesmo se diga sobretudo de Kripke, onde encontramos a mais original recuperação da matriz aristotélica (embora não necessariamente a mais bem sucedida), na concepção de que os termos para as espécies naturais são designadores rígidos (tese modernamente assumida também por um conjunto significativo de estudos de filosofia da biologia),⁹ em que claramente ecoa a reivindicação aristotélica da especificidade das substâncias segundas.¹⁰

Seja como for, o caso é que nos deparamos aqui, em plena ontologia aristotélica clássica, com uma dicotomia clara entre um sentido primeiro da substância e um sentido segundo da substância, ou, para simplificar, com uma dicotomia clara entre *substância primeira* e *substância segunda*.

Ora, neste encontro, é claramente uma vindicação da distinção original das *Categorias* que se realiza.

Na verdade, ao contrário do que um pesado consenso hermenêutico tem feito soar como ortodoxia aceite, a distinção entre substância primeira e substância segunda é constitutiva da ontologia aristotélica *em todas as su-*

8 Cf. *Individuals. An Essay in Descriptive Metaphysics* (Garden City (NY), Anchor Press, 1963), pp. 169-175.

9 Ver em especial: Ghiselin, “A Radical Solution to the Species Problem” (*Systematic Zoology*, 23, 1974, pp. 536-544); Enç, “Necessary Properties and Linnean Essentialism” (*Canadian Journal of Philosophy*, 5, 1975, pp. 90-91); Hull, “Are Species Really Individuals?” (*Systematic Zoology*, 25, 1976, pp. 174-191).

10 Veja-se *Naming and Necessity* (Oxford, Blackwell, 1980²), pp. 127-128: “According to the view I advocate, then, terms for natural kinds are much closer to proper names than is ordinarily supposed. The old term ‘common name’ is thus quite appropriate for predicates marking out species or natural kinds, such as ‘cow’ or ‘tiger’. My considerations apply also, however, to certain mass terms for natural kinds, such as ‘gold’, ‘water’, and the like. (...) Certainly ‘cow’ and ‘tiger’ are *not* short for the conjunction of properties a dictionary would take to define them, as Mill thought. Whether science can discover empirically that certain properties are *necessary* of cows, or of tigers, is another question, which I answer affirmatively.” (Veja-se ainda pp. 134-135 e 138).

as *versões* e está tão presente, ainda que implicitamente, nos livros centrais da *Metafísica* como o está, explicitamente, nas *Categorias*.¹¹

Mas devemos ir ainda mais longe.¹²

Como sabemos, nas *Categorias*, a noção de “substância segunda” é reservada para os gêneros e as espécies na categoria da substância.¹³

No entanto, a entendê-la deste modo estrito, o alargamento da expressão terá uma aplicação muito limitada, uma vez que ficam excluídas as ocorrências, para lá de tudo bastante frequentes, em que οὐσία é utilizada para indicar a essência de um item não-substancial.¹⁴

Ora, do ponto de vista geral da ontologia aristotélica, não há nenhum motivo para manter estas restrições.

Nas *Categorias*, vimo-lo já, a noção de δεύτερα οὐσία refere exclusivamente os gêneros e as espécies da substância; e isso permite a Aristóteles utilizar com naturalidade a expressão οὐσία para significar a essência. Todavia, essa utilização verifica-se também em muitos outros contextos posteriores, em que o que está em causa é um item não-substancial.

Como justificar este novo alargamento?

O único modo parece ser o de reconhecer à expressão οὐσία a mesma extensão que, através do expediente da homonímia πρὸς ἓν, Aristóteles estipula no livro Z da *Metafísica* para o conceito que ela em tais contextos significa, justamente o conceito de essência.¹⁵

Ora esta presunção não exige nenhum esforço especial: pois é o próprio Aristóteles quem sugere em *Metafísica* Z 1 que a οὐσία se diz não apenas, em sentido primário, dos entes que caem sob a primeira categoria (a saber, as

11 Há a este respeito uma observação de Ross que pode constituir um elemento suplementar nesta direção. Partindo da consideração de que τὸδε τι refere em regra os indivíduos e que τί ἐστί refere em regra os gêneros e as espécies, o autor sugere que nas passagens em que as duas expressões figuram conjuntamente como designação da primeira categoria (assim tipicamente em *Metaph.* Z 1, 1028a11-12; mas cf. *Metaph.* Z 4, 1030a18-19; Z 7, 1032a14-15), esta é concebida como incluindo tanto os indivíduos como os universais que os predicam ἐν τῷ τί ἐστί (*Aristotle's Metaphysics*, I, pp. LXXXVIII). Trata-se da mais evidente consagração da perenidade da distinção entre substâncias primeiras e substâncias segundas.

12 Retomamos de novo com alterações, nos próximos dez parágrafos, partes do texto referido na n. 4.

13 Cf. *Cat.* 5, 2a16-16.

14 Como nesta passagem dos *Tópicos*: “Pois a substância de todo o relativo é relativa a outro [παντὸς γὰρ τοῦ πρὸς τι ἡ οὐσία πρὸς ἕτερον], visto que o ser de cada relativo consiste exactamente em ter uma certa relação com algo.” (*Top.* VI 8, 146b3-4)

15 Cf. *Metaph.* Z 4, 1030a27-b13.

οὐσίαι propriamente ditas), mas também, num sentido derivativo, dos entes que caem sob *qualquer* categoria, enquanto cada um deles *é* algo.¹⁶

A esta luz, justificar a ocorrência de οὐσία como uma elipse de δεύτερα οὐσία nos casos em que ela é utilizada para expressar a essência, desde logo da própria οὐσία, conduz naturalmente, no quadro mais geral da ontologia aristotélica, a interpretar a própria noção de δεύτερα οὐσία como *um certo sentido segundo de substância* que cruza transversalmente os entes em todas as categorias, de acordo com a aplicação do princípio da homonímia πρὸς ἓν que Aristóteles efectua no local referido.

Neste novo enquadramento, δεύτερα οὐσία não significa substância segunda *na aceção* das *Categorias*, reservada aos géneros e espécies de οὐσίαι, mas sim substância segunda *das Categorias* na aceção que o conceito vem a obter na ontologia aristotélica clássica, a saber, como substância *em sentido segundo*, quer dizer, como realidade “substancial” ou “essencial” de todos os entes enquanto simplesmente são entes, quer de resto sejam οὐσίαι no sentido próprio e primeiro do termo ou não o sejam.

Note-se, no entanto, que se trata aqui sempre de um sentido *segundo* e não de um sentido terceiro, ou qualquer outro resultante de iteração. Pois o fundamento da duplicação reside única e exclusivamente no facto de a οὐσία poder significar também (*secundariamente*) a essência, seja ela a essência de substâncias ou a de itens não-substanciais.

Posto isto, podemos agora reverter de novo ao nosso ponto inaugural, o ponto do vocabulário.

Vimos inicialmente que, no léxico da doutrina das categorias, há que distinguir dois sentidos da expressão “substância”. E vimos também que tais sentidos podem ser mantidos bem separados se se reservar a expressão canónica exclusivamente para as substâncias, empregando, em vez dela, a expressão “categoria de substância” para a outra aceção.

Reparámos entretanto, todavia, que esta regra não era suficiente: pois, além das substâncias e da categoria de substância, existem também todos os predicados que caem sob esta categoria (as espécies e os géneros das substâncias), predicados para os quais a mais imediata analogia com as restantes categorias convida a chamar “substâncias” (e que aliás Aristóteles regularmente assim chama ao longo dos seus textos). Pelo que de novo nos encontramos perante dois sentidos da expressão “substância”.

16 Cf. *Metaph. Z* 1, 1028a31-b7. Tenha-se em atenção que nem a homonímia πρὸς ἓν da substância nem a homonímia πρὸς ἓν da essência se confundem com a homonímia πρὸς ἓν do ser, enunciada por Aristóteles em *Metaph. Γ* 2, 1003a33-b19.

Resolver a ambiguidade entre esses dois sentidos revertendo ao vocabulário da “substância primeira” e da “substância segunda” está fora de questão, porque seria sair da nomenclatura que Aristóteles é levado a adotar, sendo certo que, a despeito da manutenção dos conceitos, aquelas duas expressões são por ele abandonadas, com estes sentidos, nos tratados mais recentes.

A solução parece ser a de nos conformarmos com a ambiguidade, como o próprio Aristóteles fez.

Para isso, há apenas que reconhecer que a utilização da expressão “substância” indistintamente para um e outro dos dois sentidos que fomos ultimamente levados a distinguir não envolve necessariamente ambiguidade, sempre que o contexto seja suficientemente indicativo de qual o sentido em que se está a usar a expressão.

Tudo o mais dependerá das opções terminológicas que se convencionarem na matéria.

Mas, perguntar-se-ia: quais hão-de ser exactamente essas opções?

Ao longo deste texto, fomos fazendo-as tacitamente, ao traduzir invariavelmente οὐσία por “substância”.

E até há algum tempo atrás, certamente aquando da redacção do conjunto de estudos a que nos fomos referindo, teríamos defendido esta opção como a única adequada.

Hoje, começamos a ter opinião diferente.

Inspirados pela boa intuição de Tomás Calvo que, na sua tradução da *Metafísica*, adopta a tradução sistemática de οὐσία por “entidade” (solução tão simples que irrita não se ter pensado nela antes ...), não nos custa reconhecer que esta talvez possa ser o melhor correspondente da palavra aristotélica nas línguas ibéricas (ou, pelo menos, nas duas neolatinas principais, português e castelhano), *justamente pela sua capacidade para reter os dois sentidos da οὐσία* – ou, talvez deva dizer-se agora, os dois sentidos *de entidade* – em Aristóteles.

Com efeito, para nós, falantes do português, como também para os nossos vizinhos hispânicos, uma entidade é, sem dúvida, uma coisa do mundo físico ou natural, uma οὐσία no sentido primário de Aristóteles. Mas é certo que, pelo menos em ambiente um pouco mais erudito, também falamos em “entidade” quando queremos aludir à essência de alguma coisa, portanto no sentido segundo da palavra οὐσία em Aristóteles.

Por isso, podemos perceber sem dificuldade que, nas tonalidades subtis da nossa língua, uma entidade (= uma “substância”) tem sempre uma certa entidade (= uma certa “essência”) e que esta, organizando-se sob uma hie-

rarquia de predicados que dela se dizem por sinonímia, admite catalogá-los também como “entidades”, bem como àqueles que subsumem os entes das outras categorias, enquanto todos têm justamente *uma certa entidade*, ou, mais singelamente, enquanto todos são *entes*, ou, ainda mais, enquanto todos pura e simplesmente *são*.

A esta luz, a palavra “entidade” parece ter, além de análoga origem, exactamente a mesma gama e comportamento semânticos do termo οὐσία no léxico filosófico de Aristóteles, que é mais do que o que se pode pedir de uma boa tradução.

Deixando-vos com esta observação contemplativa, que não chega a ser uma recomendação penitente e serôdia de vos converterem à boa nova, consolo-vos ao mesmo tempo, se for caso disso, com o sofrimento que a mim próprio me infligiria, nesta fase avançada, o ter eu próprio de me habituar a ela ...